



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP/Itaqui
Porto do Itaqui, S/Nº, Bairro Itaqui, São Luís/MA, CEP: 65.085-370
E-mail: neci@emap.ma.gov.br
Fone: (98) 3216-6088 / (98) 9 8456-2039 Fax: (98) 3232-4929

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DO ITAQUI

ATA DA REUNIÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 09:00 horas, na Sede da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, situada no Porto do Itaqui, em São Luís/MA, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto do CAP/Itaqui relativa ao mês de fevereiro, iniciados os trabalhos e verificado o “quórum” foi aberta a Reunião, o Presidente Senhor Ogarito Borgias Linhares, agradeceu a presença dos Conselheiros e convidados. O Presidente iniciou a reunião fazendo um parêntese relacionado ao crescimento do Porto do Itaqui, fazendo uma comparação com o Porto de Paranaguá, citando que enquanto o Porto do Paranaguá cresceu de 2017 para 2018 um milhão de toneladas, o Porto do Itaqui cresceu quatro milhões de toneladas e se mantida a média, o Porto do Itaqui certamente alcançará o crescimento do Porto de Paranaguá em pouco tempo, acrescentando que a forma de planejamento municipal com que o Porto do Itaqui era visto há trinta anos atrás tem que ser completamente alterada e são os representantes do Município que tem essa possibilidade de adaptar a cidade de São Luís ao fantástico Porto do Itaqui que já é e será muito maior daqui há pouquíssimo tempo. **I – Apresentação do Estágio Atual do Plano Diretor de São Luís:** O Presidente passou a palavra aos representantes da Prefeitura senhores José Marcelo do Espírito Santo – Presidente do Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural – INCID e Gustavo Marques – Presidente do Conselho da Cidade de São Luís – COINCID, que fez um breve resumo da situação atual da elaboração do Plano Diretor de São Luís. Cumprimentou a todos e agradeceu o convite, lembrando que foi membro deste Conselho como representante da Associação Comercial do Maranhão e na ocasião já alertava tanto os representantes do Porto do Itaqui quanto o Governo do Estado do Maranhão para a criação da reserva extrativista, que na ocasião avançou bastante e tramitou dentro das etapas normais no Estado do Maranhão, subindo depois para a esfera federal até chegar na Casa Civil e o alerta foi feito no sentido de que houve pouquíssima iniciativa para que houvesse uma discussão mais ampla a respeito da proposta que comprometia a atividade portuária. O Plano Diretor de São Luís se tornou um grande desafio já devido a existência de um impasse de mais de dez anos que chegou ao Ministério Público e acabou por se criar um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC assinado no final do ano de dois mil e dezessete e por conta disso a Prefeitura Municipal de

São Luís avançou com a realização de quarenta reuniões técnicas exclusivamente para a discussão e votação de todos os artigos do Plano Diretor, onde foram vistos do primeiro ao último e todos os anexos que compõem a Lei do Plano Diretor após o encerramento destas reuniões se consolidou uma proposta apresentada em nove audiências e atualmente está sendo validada a proposta já com algumas contribuições apresentadas nas audiências e o principal assunto das reuniões foi sem dúvidas a atividade portuária e esta preocupação está traduzida no mapa do anexo I que é exatamente a divisão de limites das zonas de áreas urbana e rural, região portuária que vai do Porto do Itaqui, Ponta da Madeira até o Porto do Alumar, que tem uma proposição para se tornar majoritariamente urbana. Por outro lado, existe uma movimentação de professores, líderes comunitários e profissionais liberais no sentido contrário para que haja a manutenção de uma grande área rural, essa tem sido a temática de maior questionamento na atualidade, sendo objeto de muito debate dentro do Conselho, bem como nas audiências públicas até o presente momento. Este é um assunto extremamente importante com a movimentação de grande seguimento da sociedade para a manutenção da área como atividade rural e este seguimento, que é muito ativo em todos os lugares, nas reuniões externa clara e positivamente o seu posicionamento, de maneira que noventa por cento das preocupações externadas ao longo das quarenta reuniões, nove audiências e agora mais duas reuniões dentro do Conselho, a questão ocupou majoritariamente o tempo a ponto de todos os outros temas, títulos e capítulos do Plano Diretor não terem despertado interesse de receber manifestação ou questionamentos. O senhor José Marcelo do Espírito Santo, Presidente do Instituto da Cidade Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural-INCID, informou que esse órgão da Prefeitura Municipal de São Luís, é responsável pela política de planejamento e desenvolvimento urbano, sendo uma autarquia vinculada a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município. Aproveitou para falar que com relação a legislação urbana de São Luís desde a década de 1970 no primeiro Plano Diretor de São Luís as questões portuária industrial já estavam previstas, naquela época existia um Distrito Industrial territorial bem maior do que se tem hoje e em nenhum momento a legislação urbana de São Luís virou as costas ou interpretou diferente as potencialidades que as questões industrial e portuária poderiam trazer para o Estado, para a região e para o município e como um todo. Isso aconteceu com o Plano Diretor na década de 1970, com a Lei de Zoneamento na mesma época e aconteceu também na mudança da Lei de Zoneamento na década de 1980. O Plano Diretor de 1992 e sua respectiva Lei de Zoneamento também têm uma observação de limites ou de usos previstos nas áreas portuária e industrial, acrescentando que isso também aconteceu em 2005 quando a Prefeitura sofreu uma acirrada campanha contrária a uma necessária alteração numa área que o Governo do Estado anteriormente vinha trabalhando como a chamada área da Usimar, um empreendimento industrial que o Governo propunha para parte do seu Distrito Industrial, mais que na Lei de Zoneamento eram zonas rurais que foi alterada em 2005 e permitiu que hoje o trecho compreendido da BR até o Porto do Cajueiro onde parte dela está ocupada pela Usina Termoelétrica. A Prefeitura sofreu uma crítica muito grande por alterar

essa legislação naquele momento fazendo a alteração da zona rural para área urbana, e o Plano Diretor em 2006 que é o vigente atualmente manteve essa decisão. Na oportunidade lembrou que esteve nesse mesmo espaço em 2014 falando da revisão do Plano Diretor, onde foi colocada de forma clara a manutenção da proposta construída com as contribuições do Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio bem como da EMAP de forma direta com relação a quais as áreas necessárias para as atividades de retro porto, de logística de áreas, de áreas industriais no entorno da atividade portuária, informações que fizeram parte da proposta e foram o principal embasamento técnico e teórico para garantir a proposta atual que se configurou tecnicamente em 2014 e levada em 13 audiências públicas em 2015. Antes das audiências a equipe esteve neste mesmo espaço fazendo esta apresentação, e de forma clara pediu também a compreensão de que a Prefeitura Municipal de São Luís é o ente governamental condutor de um processo, lembrando que naquela mesma ocasião foi pedido o necessário engajamento da EMAP e de todos os entes que compõem a atividade portuária para se fazer presente nas audiências públicas para manifestação em defesa de interesses de certos pontos que se colocados para toda a cidade vão receber manifestações contrárias ao que está acontecendo hoje. Prosseguindo apresentou resumidamente a proposta que foi trabalhada nas mais de quarenta reuniões técnicas realizadas ao longo do ano de 2018, destacando as áreas urbana e rural no mapa explicando a localização de cada uma e os pontos que foram questionados nesta proposta ao longo das nove audiências públicas finalizadas em fevereiro do ano de 2019. A região portuária de São Luís hoje oferece disponibilidade de área com infraestrutura, o que já não acontece nas outras grandes cidades, tanto que foram obrigadas a fazer novos projetos portuários e isso representa um investimento não só em capital mais também em tempo e energia, o que vai de maneira totalmente contrária à demanda e a necessidade real da nação e da localidade, então se for estrangulado o Porto do Itaqui nós temos a nítida consciência que será um atraso para a nação, para o Estado e principalmente para a cidade de São Luís. Em seguida o senhor José Marcelo do Espírito Santo externou a preocupação da equipe que está trabalhando na proposta do Plano Diretor quanto aos parceiros que deveriam estar ajudando nas audiências e defendendo suas posições como acontece hoje com a comunidade rural que compareceu em todas as audiências, repetiram tudo e estiveram no painel promovido pela Câmara de Vereadores de São Luís sobre este assunto, repetindo tudo que foi defendido por eles nas nove audiências e não se teve muitas vezes a voz contrária ou seja a voz da indústria, do Estado e da EMAP corroborando a proposta que deveria estar sendo defendida a ferro e fogo por estes e vários outros entes. Diante das observações do Presidente do COINCID, o Presidente do CAP/Itaqui fez um apelo para que a EMAP e comunidade portuária compareçam nas discussões porque o enfrentamento do ativismo de minoria é uma coisa que tem tido impacto no sistema portuário como um todo e de forma preocupante. A Gerente de Meio Ambiente da EMAP senhora Gabriela Heckler informou que a EMAP participou de oito das nove audiências públicas e também fez parte do grupo da FIEMA e os consultores se pronunciaram em todas as audiências públicas. Após destacar o apelo feito pelo

senhor José Marcelo do Espirito Santo, o Presidente do CAP/Itaqui sugeriu que cada segmento portuário se organize no sentido de atuar junto aqueles vereadores que tenham mais proximidade para falar em prol das questões portuárias. O Diretor de Engenharia e Manutenção da EMAP, senhor José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante propôs que se faça uma agenda de reuniões e um plano de ação com a participação de todos, EMAP e a comunidade portuária para ação junto aos parlamentares quando a proposta do Plano Diretor foi apresentada para discussão na Câmara de Vereadores de São Luís. O Conselheiro Flávio Moura Lima Fé informou ter participado de algumas das audiências públicas como representante da OAB e a orientação era não se manifestar nas audiências e somente quando a proposta fosse para discussão na Câmara de Vereadores e sugeriu que seja traçada uma estratégia para a votação que ocorrerá na Câmara de Vereadores de São Luís que é a ocasião mais importante, registrando na oportunidade que no COINCID o que falta é a presença dos Conselheiros representantes da indústria e que sua única preocupação com relação a ambas as propostas é a delimitação do aumento da zona rural. O Conselheiro Gustavo Henrique Jorge Lago propôs que se faça no CAP uma moção de apoio a essa proposta da Prefeitura de São Luís para ser apresentada à Prefeitura Municipal e ao COINCID dizendo que esse segmento portuário representado pelo CAP apoia essa proposta que certamente seria um peso muito forte no apoio a proposta. O Presidente do CAP/Itaqui colocou em discussão para posterior votação a proposta de elaboração por este Colegiado de um Ofício a proposta do Conselheiro Gustavo Henrique Jorge Lago, decidindo o Conselho pela seguinte redação do documento após a apresentação da proposta do Plano Diretor de São Luís: Proposta original – A aprovação do CAP/Itaqui relacionada ao Anexo I que trata de áreas urbanas e rurais no Plano Diretor da Cidade de São Luís. Diante da apresentação da proposta do Plano Diretor de São Luís ocorrida no dia 22/02/2019, reunidos os Conselheiros, o CAP/Itaqui entendeu ser a proposta nesses termos aquela que melhor garante a capacidade portuária da cidade de São Luís do Maranhão e que melhor se adequa às condições das demandas futuras que são projetadas para a movimentação pelo Porto do Itaqui. Na oportunidade foi sugerido pelo Conselheiro Flávio a criação de um grupo de trabalho para acompanhar e tentar mobilizar os Conselheiros traçando uma estratégia de atuação junto com os membros do CAP/Itaqui, representantes de empresas e entidades para quando a proposta do Plano Diretor for efetivamente levada para a Câmara Municipal o executivo com representantes de empresas e entidades públicas. Em seguida o Presidente sugeriu que seja criado o Grupo de trabalho sugerido e o Conselheiro que tiver condições enviará e-mail informando da sua disponibilidade para participar desse grupo de trabalho, e na oportunidade o Presidente colocou em votação a proposta dos termos do Ofício a ser enviado a Câmara Municipal, tendo a mesma sido aprovada por todos. **II – Apresentação das Obras em andamento no Porto do Itaqui (Senhor José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante):** O Diretor de Engenharia e Manutenção da EMAP iniciou informando as obras que estão ativas na Poligonal do Porto do Itaqui, num total de oito obras sendo seis em andamento e duas em processo de abertura de ordem de serviço: Rede de Sistema de Combate a Incêndio dos

Berços que já está noventa e nove por cento pronta; Construção do Novo Terminal de Passageiros do Cujupe no Município de Alcântara-MA, noventa e oito por cento da obra executada, com oito meses de atraso única e exclusivamente por problemas da administração da Construtora Amorim Coutinho Ltda; Reconstrução da Rampa Sul e Arrimo, em andamento; apresentando em seguida o controle de desempenho de projetos com a curva de desempenho de cada obra, enfatizando que o trabalho da EMAP (Diretoria de Engenharia e Manutenção) é administrar, fiscalizar e planejar a obra; Rede de Combate a Incêndio já está totalmente operacional e a brigada de incêndio devidamente treinada, faltando apenas a entrega definitiva da obra; Infraestrutura para CFTV do Controle de Acesso ao Terminal do Cujupe já iniciada; Defensas Metálicas também iniciada, lembrando que esta obra foi para atender uma solicitação deste Colegiado; Sistema de Combate a Incêndio Predial, já licitada e contratada em fase de instalação de canteiros. Informou ainda que a EMAP fechou um contrato de pavimentação flexível e a empresa vencedora desistiu da obra e, assim sendo, o trabalho de tapa buracos continuará sendo feito pela equipe de manutenção da EMAP. Cumprida integralmente a Ordem do Dia e não havendo mais nada a ser tratado, foi encerrada a reunião.

Ogarito Borgias Linhares
Presidente do CAP/Itaqui

Neci Rosa da Costa Oliveira
Secretária Executiva do CAP/Itaqui